



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

PATRICIA FONSECA DIAS

**OS IMPACTOS DO AVANÇO DO AGRONEGÓCIO PARA OS
CAMPONESES RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE GOIATINS/TO.**

ARAGUAÍNA/TO
2021

PATRICIA FONSECA DIAS

**OS IMPACTOS DO AVANÇO DO AGRONEGÓCIO PARA OS
CAMPONESES RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE GOIATINS/TO.**

Esta Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína, Curso de Geografia para obtenção do título de Graduação e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Ferreira Mendes

ARAGUAÍNA/TO
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

D541i Dias, Patricia Fonseca .

Os impactos do avanço do agronegócio para os camponeses residentes no município Goiatins/TO. . / Patricia Fonseca Dias. – Araguaína, TO, 2021.

50 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Geografia, 2021.

Orientador: Drº Mauricio Ferreira Mendes

1. O avanço do agronegócio no município de Goiatins-TO. 2. Mudanças nos modos de produção dos camponeses.. 3. Impactos culturais.. 4. Adaptação dos camponeses no território urbano.. I. Título

CDD 910

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

PATRICIA FONSECA DIAS

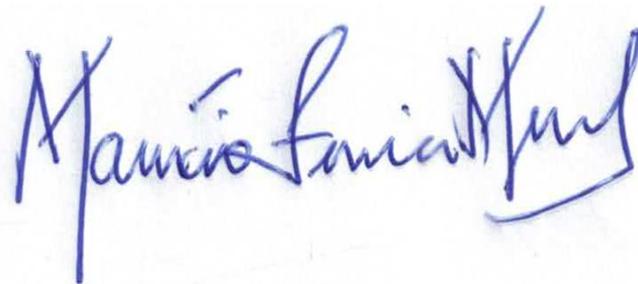
**OS IMPACTOS DO AVANÇO DO AGRONEGÓCIO PARA OS
CAMPONESES RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE GOIATINS/TO.**

Esta Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína, Curso de Geografia para obtenção do título de Graduação e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Ferreira Mendes

Data de aprovação: 23/04/2021.

Banca Examinadora



Prof. Dr. Maurício Ferreira Mendes, UFT

Prof^a. Dr^a. Vanessa Lessio Diniz, UFT

ARAGUAÍNA/TO
2021

*Dedico este trabalho primeiramente a Deus,
ao meu pai in memória, a minha mãe, aos
meus filhos, neta, aos meus irmãos e aos
colegas e professores do curso que convivi e
aprendi a dividir o conhecimento acadêmico
que foram de suma importância para minha
formação.*

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos às pessoas que fizeram parte dessa trajetória.

Ao professor Dr^o Mauricio Ferreira Mendes, pela orientação da pesquisa e a paciências no seu ato de ensinar.

A minha família, por compreender os momentos de ausências para dedicar-me a pesquisa.

Aos meus amigos do curso de Geografia: Osmar, Luciane, Edilaine, Elaine, Fernanda, Janaina, Meire, Gabriel, Flávio, Lucas, Antônio Jadson, Murilo, Mateus e Wemerson pelo apoio. Levarei a amizade de vocês para vida.

Agradeço a todos os professores do colegiado de Geografia, certamente guardarei as lembranças com carinho.

Sem a parceria de amigos do trabalho seria mais difícil. Reconheço o incentivo de todos: Fabya, Jéssica Christina, Dayana, Fernanda, Karla, Mayana, Mauricélia, Ada Caynan, Aline Maria, Ramom, Francisco e Matheus.

Em alguns momentos do percurso, foi preciso a colaboração com suportes para execução do trabalho, neste andamento, Isabella Christina, Fernanda Cardoso e Osmar Moura foram fundamentais.

Agradeço aos participantes da pesquisa por colaborarem com o seu tempo ao responderem a questionamentos que validaram essa escrita.

RESUMO

Esta pesquisa investiga os impactos que o avanço do agronegócio provoca aos camponeses, residentes às margens do rio Tauá no município de Goiatins-TO, tendo em vista, a permanência na terra, os modos de vida e a produção de alimentos fazendo-se um recorte temporal de 2006 a 2020. A pesquisa desenvolvida foi exploratória e com abordagem qualitativa, tendo os seguintes procedimentos metodológicos: 1) levantamento de material bibliográfico sobre a temática e temas relacionados como: agronegócio, políticas públicas e segurança alimentar; 2) coleta de dados primários e secundários; 3) entrevistas com seis famílias residentes no território, no período de janeiro a março de 2021. A pesquisa revelou que, com a chegada dos agricultores convencionais [2006] no território analisado, as terras para cultivo foram sendo transformadas em monocultura, muitas famílias venderam suas terras e foram para área urbana, tendo que adaptar-se em um novo território. No entanto, os camponeses que ficaram, estão cercados pela monocultura de soja. Com essa proximidade, os camponeses servem de mão de obra para os agricultores convencionais, além do que, muitos tipos de agrotóxicos são utilizados, o que acaba contaminando as propriedades dos camponeses. Com esse trabalho, muitos camponeses deixaram de plantar nas suas propriedades. Por outro lado, ainda há camponeses mantendo parte das tradições de plantio, extrativismo dos frutos do cerrado para complementar sua fonte de nutrição e gerar renda com a comercialização de produtos oriundos do cerrado.

Palavras-chave: Camponês. Agronegócio. Território.

ABSTRACT

This research investigates the impacts that the advance of agribusiness has on peasants, residing on the banks of the river Tauá in the municipality of Goiatins-TO, in view of the permanence on the land, the ways of life and the production of food and with a cut of 2006 to 2020. The research developed was exploratory and with a qualitative approach, with the following methodological procedures: 1) survey of material from bibliographic material on the theme and related themes, such as agribusiness, public policies and food security; 2) collection of primary and secondary data; 3) interviews with six families residing in the territory, from January to March 2021. The research revealed that with the arrival of conventional farmers [2006] in the analyzed territory, the land for cultivation was being transformed into monoculture, many families sold their land and moved to an urban area, having to adapt to new territory. However, the peasants who stayed, these are surrounded by soy monoculture. With this proximity, the peasants serve as labor for conventional farmers, in addition to the fact that many types of pesticides are used, which ends up contaminating the properties of the peasants. With this work, many peasants stopped planting on their properties. On the other hand, there are still peasants maintaining part of the planting traditions, e extracting the fruits of the cerrado to complement their source of nutrition and generating income from the sale of products from the Cerrado.

Key-words: Farmer. Agribusiness. Territory

Sumário

1	INTRODUÇÃO	9
2.0	OBJETIVOS	12
2.1	Objetivo Geral.....	12
2.2	Objetivos Específicos.....	12
3.0	Metodologia	13
3.1	caracterizações da localização do espaço geográfico da pesquisa.....	13
3.2	Procedimentos Metodológicos.....	15
4.0	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
4.1	Desterritorização da cultura camponesa no município de Goiatins-TO.....	16
4.2	A relação da temática com o ensino de Geografia.....	19
5.0	O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO NO MUNICÍPIO DE GOIATINS...	21
5.1	O processo histórico do avanço do Agronegócio no Município de Goiatins	21
5.2	Produção camponesa, diversidades do Cerrado e suas contribuições para segurança alimentar	32
5.3	Os impactos provocados pelo agronegócio e a modernização da agricultura na comunidade nas margens do rio Tauá.....	38
6.0	CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
	REFERÊNCIAS	45
	APÊNDICE A– Roteiro de entrevistas com as famílias camponesas que moram na margem do rio Tauá, Goiatins/TO	49
	APÊNDICE B– Roteiro de entrevistas com o agente de saúde da área rural, na margem do rio Tauá, município de Goiatins/TO	50
	APÊNDICE C– Questionário aplicado a coordenação da Escola Municipal Honorato José da Cruz, Povoado Campos, município de Goiatins/TO.....	51

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa investigou os impactos que o agronegócio provocou nos modos de produção e na vida dos camponeses que residem próximo à margem do rio Tauá, no município de Goiatins, Tocantins. O município está localizado no Norte do Estado do Tocantins, e está inserido na área da Amazônia Legal¹.

Foi abordado no percurso da investigação discussões a respeito dos prejuízos no modo de produção dos camponeses, que a princípio manuseavam a terra de forma tradicional como: produções das roças de toco, pilavam o arroz no pilão, guardavam as sementes crioulas de um ano para o outro, produziam a farinha, produziam alimentos sem venenos, criavam gado utilizando o capim nativo, entre outros costumes. Porém, a modernização do campo chegou e neste ponto de partida os camponeses foram sendo impactando com prejuízos culturais, porém houve melhoria na qualidade de vida dos camponeses a partir da chegada da energia elétrica.

A área territorial onde ocorreu a pesquisa está inserida no domínio Cerrado e faz parte do processo de modernização do campo, que vem avançando desde de 1970, de acordo com Mazoyer e Roudart, (2010 p. 420), que explicam que houve uma segunda revolução agrícola por volta do final do século XX. Essa modernização aconteceu com as mudanças na motorização inserindo o uso de máquinas de grande porte, como as máquinas agrícolas, uso de variedades de plantas modificadas, melhoria genética nas espécies de animais para pecuária, diferentes tipos de adubos químicos e minerais para correção do solo, além da introdução de uso intensivo de agrotóxicos, muitos deles proibidos em diversos países.

Juntamente com essa modernização aconteceu a melhoria dos meios de transportes e das vias de acesso, para o melhor escoamento das produções. Porém, durante esse processo os camponeses foram perdendo espaço para os grandes latifundiários. Por falta de incentivo de permanência na terra, muitos venderam suas propriedades e migraram para zona urbana passando a viver em condições precárias.

¹ De acordo com Embrapa (2011, p. 28) A Amazônia Brasileira passou a ser chamada de Amazônia Legal, fruto de um conceito político e não de um imperativo geográfico. Foi a necessidade do governo de planejar e promover o desenvolvimento da região. Os Estados que compõe a Amazônia Legal são: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão (oeste do meridiano de 44°). Com esse dispositivo legal (Lei 1.806 de 06.01.1953) a Amazônia Brasileira passou a ser chamada de Amazônia Legal, fruto de um conceito político e não de um imperativo geográfico.

O processo de modernização do campo, o investimento de capital internacional no campo e a industrialização da agricultura são discursos das empresas do agronegócio que afirmam ser necessário para o desenvolvimento; é o mesmo discurso utilizado para justificar a exploração do espaço rural, com o pretexto de que essa exploração irá evitar um colapso da economia mundial e beneficiará a todos.

Conforme Mitidiero Junior (2016, p.17) "A ideia do avanço do capital sobre a natureza, e, em especial nas áreas rurais, é reflexo da crise do capital global [...]". Partindo dessa discussão, as perguntas de trabalho para a presente pesquisa são: Quais são os impactos que estão sendo provocados nos modos de vida dos camponeses de Goiatins, com a chegada do agronegócio e da modernização da agricultura? Quais são os alimentos produzidos pelos camponeses da área de estudo? Há comercialização ou é somente para a manutenção das famílias?

Diante da problemática acima, a hipótese levantada nesta pesquisa foi que a modernização da agricultura excluiu a população responsável pela produção de alimentos no Brasil, que são os camponeses, contribuindo para a desigualdade de distribuição de terras, insegurança alimentar, degradação ambiental e pobreza no campo.

O problema investigado na pesquisa foi discutido a partir da observação do campo de pesquisa realizada no município de Goiatins, durante essas visitas técnicas nas propriedades das famílias que residem às margens do rio Tauá, município de Goiatins. Foi verificado que essas famílias estão aderindo a novos costumes para manusear suas terras, deixando de pescar o peixe no rio para comprar na cidade e congelar na geladeira, deixando de plantar nas suas terras e pilar o arroz no pilão. Assim, passaram a comprar o arroz beneficiado e abandonaram a plantação de alguns alimentos que eram cultivados.

Sobretudo o processo histórico da chegada do agronegócio no estado do Tocantins e a implantação do projeto MATOPIBA, de acordo com a Embrapa (2014) "é uma nova fronteira agrícola que corresponde aos quatro estados: Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, caracterizada pela expansão de uma fronteira agrícola baseada em tecnologias de alta produtividade", essa fronteira agrícola foi criada através do DECRETO No - 8.447, DE 6 DE MAIO DE 2015, ampliando ainda mais a fronteira agrícola. Conforme cita Fornaro (2012, p. 01).

A expansão do agronegócio em direção ao Centro Oeste e Norte do Brasil ganhou expressão a partir das décadas de 1970 e 1980, impulsionada por políticas públicas voltadas à ocupação de terras e ao desenvolvimento regional. O cultivo de grãos proporcionou a expansão da agricultura moderna globalizada nas áreas de Cerrado. Esse bioma ocupa a maior parte do território tocantinense, perfazendo uma área representativa de fronteiras agrícolas ainda em expansão. Considerado como um novo "eldorado" para o agronegócio no Brasil, o estado de Tocantins apresenta novas oportunidades ao cultivo de commodities agrícolas, por sua localização e características de seu território, consideradas estratégicas para a competitividade da produção agrícola voltada à exportação. A disponibilidade de terras a baixo custo, se comparadas com outras regiões, e as estruturas técnicas recentemente instaladas,

configuram as condições materiais necessárias para que os sistemas agrícolas modernos se desenvolvam no estado.

Essa expansão do agronegócio no território tocantinense ficou acelerada depois da criação do Estado, partindo de uma reestruturação do território e passou a receber investimentos internacional e nacional para financiar atividades agrícolas em potencial no novo estado. Posteriormente foi intensificada a criação da fronteira agrícola do estado, que está inserido nesse projeto. “Em maio de 2015, como uma forma de coroar todo esse processo de expansão, o governo brasileiro criou a região conhecida como Matopiba”, segundo Pitta e Vega (2017).

Essa degradação do espaço natural do Tocantins poderá acarretar alguns problemas para os camponeses que residem no chamado “sertão” antes da industrialização do campo. Muitos já deixaram o campo e migraram para zona urbana cedendo suas terras para o poder do capital. Conforme Raffestin (1993 p.144) o espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si”. Essa expressão de Claude Raffestin escrita na sua obra "Geografia do Poder", expressa bem o sentido de que os indivíduos ficam dominados no seu próprio território aprisionados no poder do capital.

Debruçando sobre a comunidade camponesa que foi investigada nesta pesquisa, foi observado a relação dos camponeses com o território em questão. De acordo com Saquet (2015) “O território é resultado e determinante da reprodução da relação sociedade-natureza e da concomitante da Territorialização. Os espaços territoriais são produzidos espacial-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social [...]”. Todavia, o território passa por rupturas e permanências de desterritorialização e reterritorialização a partir das relações sociais, adequações, e as demais práticas imateriais do cotidiano.

A revelação da pesquisa está apresentada em três seções, que é o processo histórico do avanço do Agronegócio no município de Goiatins, produção camponesa, diversidades do Cerrado e suas contribuições para segurança alimentar e os impactos provocados pelo agronegócio e a modernização da agricultura na comunidade às margens do rio Tauá. Essas descobertas responderam à problemática da pesquisa.

2.0 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar e entender os impactos provocados pelo avanço do agronegócio para os camponeses residentes no município de Goiatins-TO, tendo em vista a permanência na terra, os modos de vida e a produção de alimentos; com recorte temporal de 2006 a 2020.

2.2 Objetivos Específicos

- Entender o processo histórico do avanço do agronegócio no município de Goiatins-TO;
- Investigar as alterações nos modos de vida dos camponeses residentes às margens do rio Tauá; destacando os impactos provocados pela modernização da agricultura;
- Diagnosticar os modos tradicionais de preparo da terra, utilização de sementes crioulas, produção de alimentos e sua relação com o território;

3.0 Metodologia

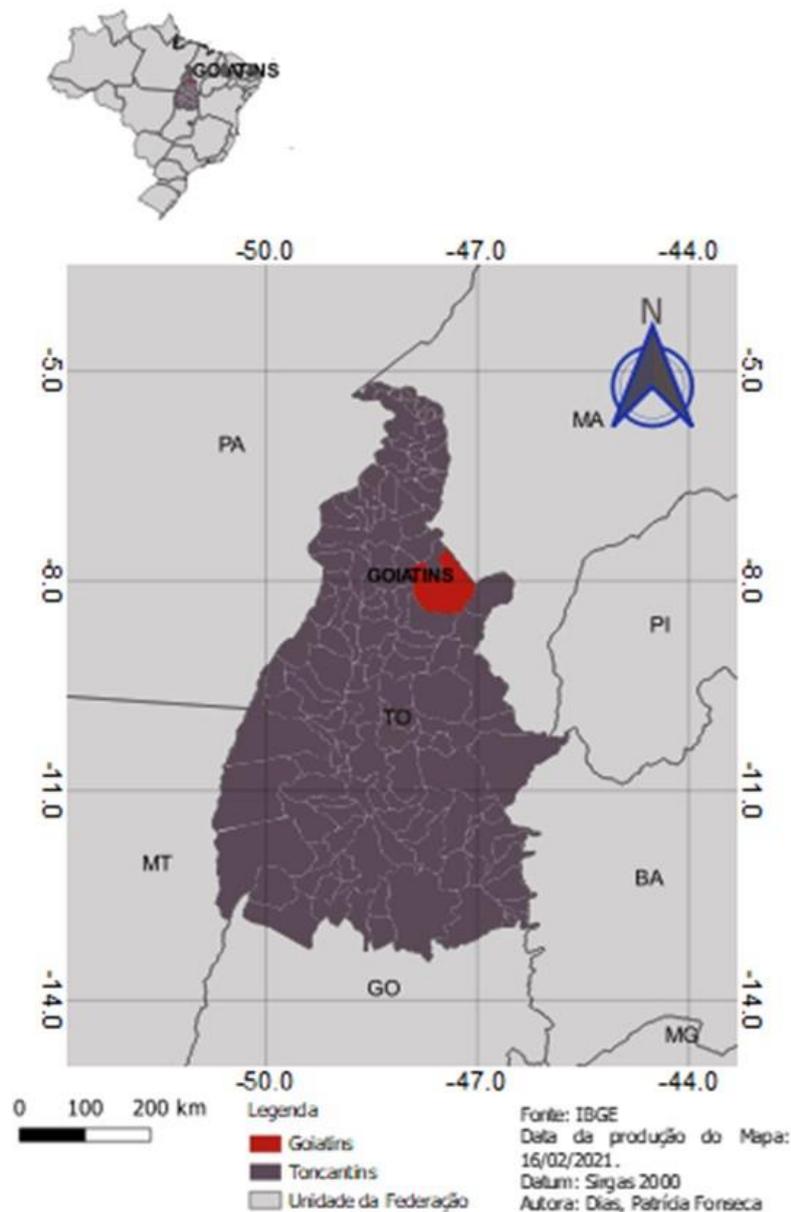
3.1 Caracterizações da localização do espaço geográfico da pesquisa

De acordo com o IBGE (2010), a comunidade que será objeto de estudo nesta investigação está localizada na região Norte do Brasil, dentro da área que compete à Amazônia Legal, situada no Estado do Tocantins, ao Norte do município de Goiatins às margens do rio Tauá que faz divisa com o município de Barra do Ouro-TO.

De acordo com o IBGE (2010). O município de Goiatins está a uma distância da capital Palmas há 504 Km, seus limites intermunicipais são com Barra do Ouro ao Norte, Campos Lindos ao Leste, Itacajá ao Sul e Palmeirantes e Itapiratins a Oeste.

O último censo de 2010 confirmou uma população de 12.064 pessoas, distribuídos em uma área territorial de 6.419,136 Km² e obteve um PIB per capita em 2018 de R\$ 11. 489,13, Sua densidade demográfica apresentada no último censo de 2010 foi de 1,88 hab/km², a média salarial dos trabalhadores formais no ano de 2018 foi de 1,9 salários mínimos, com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de (2010) de 0,576 e o bioma exclusivamente de Cerrado. A figura.1 abaixo, demonstra a localização do Município do Goiatins no território tocantinense.

Figura 1. Localização do município de Goiatins-TO



Fonte: Dias, Patrícia Fonseca (2021).

De acordo a Secretaria do Planejamento e Orçamento/Diretoria de Pesquisa e Informações Econômicas Estado do Tocantins (SEPLAN/TO, 2015), o município de Goiatins apresenta um perfil socioeconômico baseado em atividades agrícolas, entre elas a produção de soja com um crescimento acelerado a partir de 2010, seguido do milho. No entanto, as plantações de arroz, feijão e mandioca dos camponeses vem caindo progressivamente. A

partir de 2010, além dessa atividade, há outras atividades econômicas com crescimento discreto.

O município apresenta outras atividades econômicas a partir da criação dos rebanhos que são: bovinos, aves, suínos, ovinos, equinos, caprinos, bubalinos. Desses animais, o que mais rende lucro para o agricultor convencional é a bovinocultura (SEPLAN/TO, 2015).

3.2 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa desenvolvida foi exploratória e com abordagem qualitativa. Segundo Gil (2002, p. 41) Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar “maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições”.

O método de investigação teve como base a abordagem crítico-dialética, onde o processo histórico denotou ser um dos temas centrais da análise, a partir de pesquisa de campo com roteiro de entrevistas, análise de documentos e análise de imagens (fotografias).

A categoria de análise que norteou as abordagens foi território, os seguintes procedimentos metodológicos foram realizados: 1) levantamento de material bibliográfico sobre a temática e temas relacionados, como agronegócio, políticas públicas e segurança alimentar; 2) coleta de dados primários e secundários; 3) entrevistas com seis famílias residentes no território, totalizando oito pessoas entrevistadas, no período de janeiro a março de 2021.

Também para qualificar a pesquisa, foram obtidas outras informações, sendo realizada a aplicação de dois questionários com o agente de saúde da área rural e a coordenadora da escola, totalizando o universo de dez entrevistas.

No percurso da pesquisa utilizou-se documentos da divisão da terra fornecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (1980), e análise de fotografias obtidas durante visita ao campo.

Para o procedimento metodológico, no percurso da pesquisa, houve diversos desafios. Primeiramente os desafios do isolamento social causado pela pandemia que assola o mundo, provocada pelo o vírus “Covid-19” e isso dificultou as visitas ao campo de pesquisa. Algumas entrevistas precisaram ser realizadas via telefone, mensagem de áudio; essas medidas foram necessárias para garantir a segurança dos participantes da pesquisa e da pesquisadora.

4.0 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 Desterritorialização da cultura camponesa no município de Goiatins-TO.

Durante a investigação dos problemas norteadores desta pesquisa, foi abordada as concepções teóricas do espaço e do território de acordo com Raffestin (1993), e Saquet (2015).

Raffestin (1993) relata que o espaço é antecedente ao território e que de certa forma é oferecido como matéria-prima que já existe antes de qualquer ação dos atores que irão explorar esse espaço. “Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço, é uma produção a partir do espaço”. (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Desse modo, o território é uma produção a partir das relações de poder dos agentes exploradores que se apropriam desse espaço e dão sentido ao território como um local de relações.

Para Saquet (2015, p. 29) “O território é o resultado determinante da produção, da circulação e do consumo, ou seja, da acumulação de capital”. Pensada no território a partir das redes geopolíticas, a territorialidade está associada ao domínio do estado.

Conforme Saquet (2015, p. 33):

[...] a territorialidade (humana) significa relações de poder, econômicas, políticas e culturais; diferenças, identidade e representações; apropriações, domínios, demarcações e controles; interações e redes; degradação e preservação ambiental; práticas espaço-temporais e organização política, que envolvem, evidentemente as apropriações, as técnicas e tecnologias, a preservação, o manejo, os pertencimentos etc...Relações, apropriações e práticas construídas e redefinidas ao longo do tempo [...].

Além disso, o sentido de território está relacionado às relações de poder, que nem sempre é ação do estado, mas, pode estar nas instituições como: nas famílias, nas associações, comunidades rurais, no mercado entre outros lugares com influências sociais. Os autores Raffestin (1993) e Saquet (2015) apresentam consonância sobre o conceito das transformações no espaço e no de território a partir da intervenção humana na paisagem natural.

Pensando nas transformações do território que serão abordadas nesta pesquisa, foi investigada a relação da comunidade com o território, como os costumes tradicionais de uso da terra, observando-se as técnicas utilizadas para a produção de alimentos e adaptação às novas tecnologias que chegaram nos últimos 15 anos no território. Diante dessas transformações no campo, o pesquisador Oliveira (2000), fez uma abordagem sobre esse

problema em uma de suas pesquisas. O texto aborda justamente esse avanço industrial do campo e o autor apresenta uma crítica ao avanço da indústria nas regiões do Brasil, pois quando mais a industrialização do campo avança, os problemas agrários aumentam no campo.

O avanço da modernização do campo foi implementado com promessas de melhorias e diminuição da fome no mundo, partindo do uso de novas tecnologias modernas oferecidas pelos norte-americanos, que é considerado uma referência em industrialização do campo a partir da implantação do programa Revolução verde¹. De acordo Mendes (2017, p.20).

Esse processo, reconhecido como modernização da agricultura, tinha como objetivo nominal a diminuição da fome no mundo, através da incorporação de novos meios de produção, como máquinas modernas, sementes geneticamente modificadas, uso intenso de defensivos agrícolas, etc., oferecidos por um programa norte-americano denominado Revolução Verde, que prometia o aumento da produtividade e a diminuição do tempo de cultivo.

A revolução verde trouxe bastante mudanças para o campo entre as grandes plantações de monocultura como: sementes melhoradas, concentração da renda no grande latifundiário, êxodo rural, afastando milhares de pessoas que viveram na zona rural desde do nascimento e de uma hora para outra se vê em uma situação nova e precisando ser inserido em um novo território onde não possui marca de pertencimento e não possui habilitantes técnicas oferecidas pelo novo espaço.

Segundo Mazoyer e Marcel (193, p. 28 e 29):

Ainda nos países em desenvolvimento, a partir dos anos 1960, a revolução verde, uma variante da revolução agrícola contemporânea desprovida de motorização-mecanização, desenvolveu-se muito mais amplamente. Baseada na seleção de variedades com bom rendimento potencial de arroz, milho, trigo, soja e de outras grandes culturas de exportação, baseada também numa ampla utilização de fertilizantes químicos, dos produtos de tratamento e, eventualmente, em um eficaz controle da água de irrigação e da drenagem, a revolução verde foi adotada pelos agricultores que eram capazes de adquirir esses novos meios de produção e nas regiões favorecidas, onde era possível de rentabilizá-los. Ressaltamos que em muitos países, os poderes públicos favoreceram intensamente a difusão dessa revolução comandando políticas de incentivo aos preços agrícolas, de subvenções aos insumos, de bonificação dos juros de empréstimo e de investimentos em infraestruturas de irrigação, drenagem e transporte(...).

Enquanto a revolução verde avançou no cerrado brasileiro, para muitos camponeses essas tecnologias não chegaram e os que não deixaram o campo, hoje sofrem para continuar plantando e mantendo a tradição de modo de produção dos seus antepassados. Porém, o que se vê no campo são os impactos causados pelo o avanço da industrialização no mesmo.

Atualmente no Brasil, alguns pesquisadores vêm discutindo sobre os impactos do agronegócio no território brasileiro como: Schlesinger e Noronha (2006), Oliveira (2007),

Mitidiero Júnior (2015), Fernandes (2015), Saquet (2017) ressaltam que o avanço do agronegócio é baseado na crise do capital de propagação mundial, por isso a solução para saída da crise precisaria ser a utilização dos espaços, dito “vazio”, mesmo que essa exploração ameaçasse a vida social que já estava inserido nesse espaço.

Conforme Santos (2014, p. 47) “Agricultura passa, então, a beneficiar-se dos progressos científicos e tecnológicos, que asseguram uma produção maior sobre umas porções de terras menores”. Essa afirmação explica as transformações no espaço habitado pelo homem do campo, principalmente do Cerrado que vem sendo degradada sua flora, fauna e nascentes e no centro dessa devastação está o camponês tradicional resistindo até ser excluído pelo grande latifundiário.

O cerrado vem sofrendo grandes perdas de vegetal e modificação da paisagem a partir da exploração do seu território. Algumas pesquisas apontam para um resultado sobre os impactos do agronegócio no Cerrado conforme: Castilho (2010), Cerqueira (2016), Pitta e Vega (2017), Sousa e Barros (2019), Santos e Palmeiras (2019), Moura et al. (2020), Silva e Mendes (2020).

Essas pesquisas estão em consonância e discutindo os objetivos da exploração do cerrado a partir de 1970, observando a criação da “Lei n.º 5.851 de 7 de dezembro de 1972” que instituiu a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e com isso houve o avanço da tecnologia e assistência técnica para os grandes produtores agrícolas e o melhoramento de semente.

Com isso, o cerrado passou a ser um território em potencial para produção de alimentos, porém, com essas transformações é possível perceber os resultados e as consequências do uso acelerado do solo do cerrado e as perdas irreversíveis para as comunidades que dependem do Bioma para produzir seus alimentos e a subsistência do extrativismo dos frutos do cerrado.

Porém, essas consequências estão se agravando com a aceleração da industrialização do Cerrado, ficando mais intensas a partir do ano de 2005 com a criação da fronteira agrícola “Matopiba”. De acordo com a Embrapa, mais de 50% da produção de grãos brasileiros são produzidos no cerrado, ficando responsável pelo aumento na exportação dos produtos agrícolas.

No Brasil há muitas pesquisas que investigam a implantação da fronteira agrícola e colocam em evidência os impactos que vem provocando no Território do Cerrado. Conforme explicita os autores: Pita & Vega (2017), Santos (2019), Feliciano & Rocha (2019), Almeida

& Santos (2019). Essas são algumas das discussões que estão em debates depois da aprovação da fronteira agrícola denominada Matopiba.

Durante a pesquisa foi abordado alguns conhecimentos empíricos da comunidade que estão vivenciando situações de perda territorial para o agronegócio, baseada em algumas pesquisas já realizadas dos autores como: Melo (2013), Silva (2017), esses pesquisadores apresentam resultados baseados no cotidiano das comunidades investigadas.

Portanto, os resultados da investigação sobre “Os impactos do avanço do agronegócio para os camponeses residentes no município de Goiatins-TO”, apresentou resultados que favoreceu a comunidade local, através do Ensino de Geografia na escola próxima à comunidade do campo, como afirma BISPO (2008). Ela explica sobre a importância do Ensino de Geografia voltado para o espaço onde o homem do campo está inserido, pois, para as crianças, jovens e adultos envolvidos no processo de escolarização, trabalhar o ensino a partir do contexto social de cada um fará sentido às aprendizagens adquiridas no percurso de escolarização.

4.2 A relação da temática com o ensino de Geografia

A relevância da pesquisa para Ensino de Geografia constitui necessária pelo fato da produção de conhecimento voltado para os problemas da comunidade, pois, a estrutura curricular da Geografia na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresenta que a partir dos primeiros anos na escola a criança precisa começar a compreender os primeiros conceitos geográficos.

De acordo com a BNCC, o ensino de Geografia no Ensino Fundamental nos anos iniciais as crianças precisam desenvolver o protagonismo, os espaços de relações sócias que estão inseridas, a partir do conhecimento espacial da sua comunidade. Desse modo é que terão conhecimentos de outros lugares a cada dia e assim irão compreendendo a importância de valorizar o mundo em que vivem.

Analisando as habilidades do ensino de Geografia no Ensino Fundamental nos anos finais, vê-se ampliação das competências para continuar desenvolvendo autonomia e crítica dos estudantes. Conforme afirma BRASIL (2018, p. 368) “é necessário que eles diferenciem os lugares de vivência e compreendam a produção das paisagens e a inter-relação entre elas, como o campo/cidade e o urbano/rural, no que tange aos aspectos políticos, sociais, culturais, étnico-raciais e econômicos”. Essas aprendizagens torna possível o envolvimento e participação dos jovens nas decisões a partir do conhecimento das categorias geográficas

numa escala mundial. Enfim, o Ensino de Geografia proporciona aos estudantes a compreensão das transformações do espaço territorial.

Com tudo isso, a Base Nacional Curricular do Ensino Médio deixa em evidência a necessidade de os jovens estarem preparados para o trabalho em equipe, desvendar e reconhecer os sujeitos e compreender o mundo a sua volta. Porém, é possível que as práticas do Ensino Médio atualmente estejam preparando os estudantes para o mercado de trabalho, sem uma discussão mais detalhada do seu potencial revolucionário que poderá transformar o território que estará inserido. Portanto, para a produção do conhecimento a partir da comunidade pesquisada, precisa-se investigar seus modos de vida e ouvi-los para depois afirmar se houve ou não impactos com a chegada do agronegócio na região.

Conforme: Schlesinger e Noronha (2006 p. 08):

Ouvir a voz das populações do campo é a melhor maneira de arejar, aprofundar e ampliar o debate público em torno desta temática. E de declarar um sonoro “NÃO” à presença da monocultura da soja no bioma Amazônia e à sua expansão no Cerrado. Desbravar, ainda segundo os dicionários, significa também “perder a braveza”, “amansar”, “domar” as forças da natureza. Acreditando que o agronegócio e seu poder de destruição – econômica, social, ambiental, humana e cultural – é que precisa ser urgentemente domesticado[...].

Enfim, para realização da pesquisa precisa-se dar voz ao povo da comunidade do campo para expressar seus anseios e sentimentos a respeito do avanço da agro exportação no seu Território.

5. O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO NO MUNICÍPIO DE GOIATINS

5.1 O processo histórico do avanço do Agronegócio no Município de Goiatins

O processo histórico do agronegócio no município de Goiatins se perpassa pelo processo histórico da agricultura no Brasil e os avanços da ocupação dos camponeses nos espaços rurais. Em todos os lugares do mundo, necessita-se compreender o processo de agricultura e sua relevância para a sociedade.

No Brasil, a história da agricultura está relacionada ao processo de ocupação do campesinato em seus assentamentos e lotes rurais ou a exclusão deles. De acordo com Mendes (2017, p.51) a formação do campesinato brasileiro apresenta uma característica do período da escravidão.

A primeira vertente de concepção sobre a formação do campesinato brasileiro afirma que teve origem nas populações mestiças que se formaram a partir da miscigenação entre a população que habitava o território e os que chegaram. Era o caso dos brancos e negros, negros e índios, índios e brancos que se casavam e geravam prole e seus descendentes, ao longo dos 500 anos de colonização.

Essas pessoas não tinham recursos, não eram escravos, mas, nasceram no campo e tinham que plantar para sobreviver. Além desses camponeses surgiram no final do século XIX no Brasil outra linha de camponeses que eram oriundos da Europa estava à procura de oportunidades e vieram para o Brasil para substituir a mão de obra dos negros depois da abolição. Eles também tinham a promessa de terras férteis e baratas para desenvolver suas atividades agrícolas.

Porém, o processo latifundiário no Brasil sempre excluiu os camponeses da terra, (BRASIL, 1850) a lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, vastamente reconhecida como Lei de Terras, foi criada com o objetivo de comercializar as terras brasileiras e substituir o sistema da sesmaria no Brasil que utilizava como maneira de apropriação de áreas devolutas determinadas pelo Governo. Essa maneira de ocupação de terra iniciou período entre 1530 até 1822. De acordo Cavalcante (2005) antes da promulgação da lei nº 601 de 1850 as Terras não eram vendidas.

Antes da promulgação da Lei de Terras, os lotes eram cedidos gratuitamente aos colonos, que se instalavam por conta própria, por conta do governo ou por conta das companhias de colonização. Após essa lei, em regra, o governo cedia gratuitamente as terras às companhias que, por sua vez, as revendiam aos imigrantes em condições lucrativas(...). Em pouco mais de vinte artigos, a Lei de Terra de 1850 tentou corrigir os erros cometidos pelo Brasil durante o período colonial (nas concessões de sesmarias) e início da independência até sua promulgação (o crescimento do número de posseiros) e, dentro das possibilidades, promover a imigração a fim de substituir o trabalho escravo. A Lei de Terra de 1850 é significativa no que se refere à

ocupação da terra no Brasil, pois a partir dela a terra deixou de ser apenas um privilégio e passou a ser encarada como uma mercadoria capaz de gerar lucros.

Então, mesmo com a criação da Lei da Terra, os camponeses não foram favorecidos, pois, a nova política em meados do século XIX e início do século XX era ceder grande área de terras às companhias colonizadoras que eram formadas por imigrantes oriundos da Europa e posteriormente da Ásia. Esses benefícios deram início à comercialização da terra por parte desses novos proprietários e depois seriam considerados grandes latifundiários. Enfim, os camponeses passaram por séculos de exclusão do campo e os mesmos que não conseguiram terras para trabalhar, acabaram procurando a zona urbana e fixando moradia na periferia por falta de conhecimentos técnicos do novo espaço inserido. Conforme afirma Mendes (2015, p.19).

[...] após a segunda grande guerra (1939-1945), o campo brasileiro passou por uma reorganização territorial que ocasionou a expulsão novamente e a desterritorialização de grande parcela da população camponesa, que se viu obrigada a partir para os centros urbanos formando favelas e/ou vivendo em áreas que a elite não tinha interesse, além de se tornarem empregados da incipiente indústria, vivendo em condições precárias.

A exclusão do campesinato, gerou uma classe de ex-camponeses com carência de alimentos adequados e levava uma vida de dificuldades e falta de recursos para sobreviver. De acordo com Mazoyer e Roudart, (2010, p. 26) muitos homens do campo vivem em situação de abandono na zona rural. “[...] Homens do campo pobres, dentre os quais encontramos, majoritariamente, camponeses particularmente mal equipados, instalados em regiões desfavoráveis e em situação difícil [...]”. Com isso, mesmo com o êxodo rural aumentando ao longo dos anos, os camponeses passando dificuldades no campo aumentam a cada ano. Para explicar esse processo de precarização dos camponeses e desterritorialização dos mesmos foi preciso avançar na História da revolução agrícola contemporânea e compreender as causas dessas desigualdades no campo.

A agricultura contemporânea vem passando por muitas transformações ao longo do século XX. De acordo com Mazoyer e Roudart, (2010, p.27), em pouco tempo ocorreu várias transformações no campo voltada para tecnologia, excluindo a mão de obra manual.

(...)Em pouco mais de meio século, a relação entre a produtividade da agricultura menos produtiva do mundo, praticada exclusivamente com ferramentas manuais (enxada, pá, cajado, facão, faca ceifadeira, foice...) e a agricultura mais bem equipada e produtiva do momento realmente se acentuou: passou de 1 contra 10 no período do entre guerras, para 1 contra 2.000 no final do século XX.

Essas mudanças ocorreram a partir da revolução agrícola contemporânea, quando começou a mecanização do campo em meados do século, esse processo possibilitou a

exploração do campo fazendo plantações em grandes áreas de terras. A industrialização no campo aumentou ainda mais a exclusão dos camponeses que trabalhavam o uso da Terra de forma manual e muitas vezes com a colaboração da família.

No Tocantins², a história da agricultura se perpassa antes da criação do Estado, ainda no período da colonização, com a entrada dos bandeirantes, exploração do ouro, expedições de monções descendo pelo rio Tocantins. Com esses movimentos o povo foi e se fixando no Território do antigo Goiás e iniciando a criação de gado e desenvolvendo a agricultura. Como afirma Campos (2007, p. 71).

[...] Logo a incipiente população deixa a mineração e se dedica a atividades rurais. A pecuária vai ser uma importante forma de ocupação do vasto território goiano- o gado se distribui por todo território. A criação se torna a atividade econômica principal de Goiás [...].

De acordo Chaveiro e Barreira (2010, p.24) o avanço da fronteira agrícola para o Goiás está dividido em algumas frentes, cada um com desenvolvimento diferente no processo de ocupação da Terra.

Primeira etapa – ocupação do ouro a partir de 1720, século XVIII; - segunda etapa – ocupação do Sul pelos Geralistas a partir do século XIX; - terceira etapa – estrada de ferro a partir da segunda década do século XX; - quarta etapa – Marcha para o Oeste a partir da década de 1940, com a criação da CANG; - quinta etapa – expansão da fronteira agrícola a partir dos meados da década de 1970.

Pensado no Desenvolvimento do antigo Goiás observando as etapas acima, a expansão da fronteira agrícola a partir dos anos de 1970, foi o precursor para o avanço nas terras do antigo Goiás. Porém, esse avanço sempre vem causando prejuízos ambientais para o território. Pois, de acordo com Chaveiro e Barreira (2010, p.25) a cada etapa do processo de ocupação do Goiás apresenta alguns impactos no meio ambiente, bem como o bioma Cerrado.

Dos primeiros períodos da ocupação, passando pelo importante processo modernizador de 1970 até hoje, outras alterações ocorreram, como a mudança no uso da água, por exemplo, da fazenda goiana às usinas de álcool ou às hidrelétricas; a função dos rios no lazer urbano e a privatização de suas margens; o papel fundamental da infraestrutura e do denominado “espaço herdado”; a centralidade do território goiano e o lume histórico da ocupação do território nacional; as mudanças no modo de vida e da cultura, bem como sua incorporação em lógicas da indústria

² O Estado do Tocantins é uma das 27 unidades da federação do Brasil e foi criado no dia 05 de outubro de 1989, depois da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Antes da criação o seu território pertencia ao Estado do Goiás

cultural etc. Demanda-se, por certo, reconhecer quem definiu, executou e alimentou as estratégias de ocupação. Decisivamente, o encontro da política com o bioma é o elemento central que o transforma em território. Cabe, pois, verificar a ação da política territorial ou das políticas de governo, o pacto de poder entre Estado nacional e governo local para inserir o Cerrado como importante território na economia nacional e internacional.

Partindo desse ponto de vista da importância do bioma no território explorado, a atividade da agricultura vem crescendo no Norte goiano ao logo dos anos, principalmente após a divisão do estado do Tocantins com a promulgação da Constituição Federal em 1988. O discurso sobre a separação territorial aconteceu bem antes, precisamos voltar no ainda período colonial, onde aconteceram as primeiras discussões, sobre o movimento separatista.

De acordo com Fornaro (2012) “Os discursos sobre a emancipação da porção norte da então província de Goiás datam, pelo menos, do século XIX, por iniciativa das oligarquias agrárias locais”. Mas, o tempo passou e a ideia da separação foi ganhando outros adeptos, de acordo com Fornaro (2012) “Um marco mais recente ganhou destaque para a consolidação da emancipação do norte goiano. A criação da CONORTE (Comissão de Estudos dos Problemas do Norte Goiano)”. Enfim, essa comissão irá propor a separação do território observando as particularidades da região, a partir da necessidade de tirar o norte goiano do abandono por falta de desenvolvimento. Como afirma Oliveira (1998, p.36).

Fato é que o movimento separatista organizado pela CONORTE não se constituía apenas num mero movimento ideológico, mas ação política concreta; primeiramente, tratou de elaborar uma análise dos fenômenos nos campos econômico e político da região. Tal análise diagnosticou e denunciou em seguida o dualismo, a fragmentação nacional refletida no ressentimento da população local. O movimento criticava a indiferença da União e das áreas (Centro-Sul) ligadas ao mercado e internacional diante do atraso e do isolamento regional. Em seguida criticava a discriminação que sofria a região por parte do governo estadual de Goiás e da União em relação à sua importância econômica; isto é, a drenagem dos recursos locais para o estado, através dos impostos e do uso da população local apenas para fins eleitorais.

Portanto, durante “o movimento separatista” foi apresentada, diversas justificativas para concretizar de fato a divisão do território entre o Goiás e o atual Tocantins, como a falta de investimento na economia da região, pois os recursos se concentravam todos próximos a capital Goiânia. Além disso, os especialistas acreditavam que essa falta de investimento na região se deu por falta de conhecimento a respeito dos recursos naturais disponíveis no território. Então, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a confirmação da criação do novo estado do Tocantins, o desenvolvimento do campo acelerou em direção ao novo território a partir de investimento de recursos para o crescimento econômico do novo estado.

De certo, o município de Goiatins apresenta-se nesse cenário de desenvolvimento do novo território a partir de investimento no setor agrícola na região do município e outros municípios limítrofes, como os municípios de Campos Lindos e Barra do Ouro. Ocorreu também a divisão do território, pois no ano de 1996 foi elevado à categoria de município o distrito Barra do Ouro de acordo com a Lei nº 829, de 26 de abril de 1996 (TOCANTINS, 1996).

Art. 1º. Fica criado o município de Barra do Ouro, desmembrado do município de Goiatins, com os seguintes limites e confrontações:

I – COM O ESTADO DO MARANHÃO:

Começa no Rio Tocantins, na barra do Rio Manoel Alves Grande; daí, sobe pelo Rio Manoel Alves Grande até a barra do Ribeirão Salobro;

II - COM O MUNICÍPIO DE GOIATINS:

começa no Rio Manoel Alves Grande, na barra do Ribeirão Salobro; daí, sobe pelo Ribeirão Salobro até a sua cabeceira; daí, segue em rumo certo à cabeceira do Riacho Seco; daí, desce pelo Riacho Seco até a sua barra no Ribeirão Aldeia Grande; daí sobe pelo Ribeirão Aldeia Grande até a barra do Córrego Grotão; daí, sobe pelo Córrego Grotão até a sua cabeceira; daí, segue em rumo certo até a cabeceira do Córrego Laginha; daí, desce pelo Córrego Laginha até a sua barra no Rio Tauá; daí, desce pelo Rio Tauá até a sua barra no Rio Tocantins;

III - COM O MUNICÍPIO DE FILADÉLFIA: começa na barra do Rio Tauá, no Rio Tocantins; daí, desce pelo Rio Tocantins até a barra do Rio Manoel Alves Grande, ponto inicial destes limites.

Outro município que fazia parte do território do município de Goiatins era o município de Campos Lindos, de acordo com o (IBGE, 2007), que foi criado no Governo de José Wilson Siqueira Campos e foi “elevado à categoria de município com a denominação de Campos Lindos, pela lei estadual nº 251, de 20-02-1991, alterada pela lei estadual nº 498, de 21-12-1992, desmembrado de Goiatins TO”.

Observando a divisão dos limites de Goiatins com o município Barra do Ouro e Campos Lindos, percebe-se que o município perdeu grande parte do seu território inicial. Pois, antes mesmo dele ser dividindo com esse município, ele já tinha pertencido ao município de Pedro Afonso-TO.

De acordo com (IBGE, 2007), o município de Goiatins-TO foi elevado à categoria de município com a denominação de Piacá, pela lei estadual nº 891, de 12 de dezembro de 1953, desmembrado de Pedro Afonso. Instalado em 01 de janeiro de 1949 e anos mais tarde houve alteração no nome do município pela lei municipal nº 6673, de 05 de setembro de 1967, o município de Piacá passou a denominar-se Goiatins. Sendo assim, desde 1949 o município está adaptando a esse movimento de legitimação do território.

Dentro dessa organização do território, por muito tempo a economia era baseada na atividade de pecuária e plantações de roças de arroz, feijão, mandioca, milho, abobora e etc.

Com o avanço do capitalismo para campo, os camponeses foram perdendo espaço em suas atividades agrícolas manuais. Pois, na maiorias das vezes esses cultivos eram para sobrevivência da família e excedentes vendiam para terceiros e eram considerados pequenos e médios proprietários de Terras. Como afirma Fornaro (2012, p. 18).

O próprio processo de modernização da agricultura pode contribuir para a concentração de terras, pois os pequenos e médios proprietários não possuem capital e estrutura suficiente para se adequar às exigências de produção e produtividade estabelecidas no modelo agroexportador e não conseguem ser competitivos para permanecer no sistema.

De certo que, a modernização da agricultura no município poderia ser diversificada, como pode se observar na tabela 1, nela apresenta-se algumas informações sobre a utilização do uso da Terra no território pesquisado no ano de 2006.

Tabela1. Aspecto econômicos do município de Goiatins-TO.

<i>Utilização das terras - 2006</i>	<i>Estabelecimentos</i>	<i>Área (ha)</i>
Lavouras		
Permanentes	173	16.240
Temporárias.	563	2.952
Área plantada com forrageiras para corte	77	1.642
Pastagens		
Naturais	545	74.456
Pastagens plantadas degradadas.	179	6.560
Pastagens plantadas em boas condições	494	33.323
Matas e/ou florestas		
Matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	277	38.182
Matas e/ou florestas naturais	425	64.647

(exclusiva área de preservação permanente e as áreas em sistemas agroflorestais).		
Florestas plantadas com essências florestais.	16	805
Sistemas agroflorestais		
Área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastejo de animais.	261	27.995

Organização: Fonseca, Dias Patricia (2021).

Fonte: Secretaria do Planejamento e Orçamento/Diretoria de Pesquisa e Informações Econômicas Estado do Tocantins.

Como foi observado na tabela 1, as utilizações das terras do município de Goiatins estão voltadas para atividades agrícolas. A partir da pesquisa de campo realizada no local, foi possível constatar que todos as famílias pesquisadas estão na região há mais de 70 anos. Alguns chegaram na década de 1950, outros na década de 1970, ainda tem aqueles que nasceram na propriedade, pois, a mesma já pertencia aos seus antepassados. Como afirma o camponês 1 que reside em propriedade no município desde 1956.

Cheguei aqui em 1956 vindo do município de Riachão no Maranhão, comecei aqui fazendo roças e criando alguns gadinhos, aqui era um mato aberto de muita chapada, eu plantava os matos beirando a chapada de carrasco. Aí eu brocava, derrubava, queimava, cortava os paus e fazia a cerca, depois fazia as coivaras, fazia a primeira campina e plantava arroz, plantava milho, mandioca, feijão e depois campinava de novo, plantava tudo no mesmo terreno (Entrevista n. 1 concedida à autora em fevereiro/2021).

Analisando as dificuldades dos camponeses em permanecer no sistema de agricultura manual, foi traçado um perfil dos camponeses que residem às margens do rio Tauá e foi analisado os modos de vida deles a partir de trabalhos de campo no local da pesquisa. Algumas famílias chegaram na localidade na década de 1950 e outros chegaram na década 1970 e outras famílias são filhas da terra, pois, seus pais e avós já estavam fixados desde a década de 1920.

Desde então, as atividades rurais dos pesquisados foram baseadas no manuseio da terra de maneira manual, com o apoio de ferramentas como: foice, facão, machado, enxada e rastelo. Essas ferramentas eram utilizadas para a limpeza do terreno e outro objeto utilizado para executar o plantio de grãos era a matraca plantadeira manual.

Além disso, foi observado que os camponeses investigados têm idades entre 35 a 86 anos e a escolarização varia entre alfabetizados e ensino fundamental. Nenhum deles morou na zona urbana, ou seja, a vida inteira eles permaneceram nas terras e isso dificulta uma possível mudança de ambiente e uma adaptação na zona urbana.

Em relação às condições de sobrevivência dos camponeses, além de plantar roças, criam galinhas, patos, galinha da angola, porcos e gado. E para ajudar no trabalho, eles criam cavalo, égua, mula, burro e jumento.

Além disso, cultivam frutas plantadas envolta da moradia como: laranja, lima, limão, mexerica, manga, caju, mamão e goiaba e ainda contam com a horta com cebolinhas, coentros, alface, tomate entre outros. Além disso, para complementar a renda, os camponeses dependem do extrativismo dos alimentos dos cerrados como: bacaba, pequi, murici, buriti, coco da palmeira do babaçu, entre outros.

Outra atividade praticada na localidade, é a caça artesanal com a utilização de arapuca, estilingue e a pesca no rio Tauá com anzol e caniço. Essa tradição vem sendo passada de uma geração para outra. As moradias dos camponeses variam entre as casas construídas com tijolos e telhas e as casas construídas de adobe e cobertas de palhas, como demonstra na figura 2.

Figura 2. Moradia tradicional dos camponeses da gleba Tauá, Goiatins/TO.



Fonte: Dias (2020).

A figura 3 mostra uma imagem da casa construída com tijolos e telhas, que foi construída depois da chegada da energia elétrica em 2009, através do Programa do Governo Federal Luz Para Todos, criado 2005. Conforme afirma Cardoso et al. (2013), o governo queria atender as necessidades das comunidades rurais.

Figura 3. Casa construída com tijolos, telhas e cimento.



Fonte: Dias (2020).

Antes dessa data, a casa nessa propriedade era como a casa da figura 04. Segundo a camponesa 02. *“Quando chegou a energia aqui, fizemos a casa de telha, acha que energia na casa de palha, sabe lá tenho medo de pegar fogo”*. Pela declaração da entrevistada percebe-se uma preocupação em melhorar a moradia para ter segurança, para instalar a energia elétrica. No entanto, na figura 04 a imagem mostra como era a casa na mesma propriedade antes da chegada da “energia elétrica”.

Figura 4. A casa antes da energia elétrica.



Fonte: Camponesa 2 (2021).

Nas figuras 5, 6, 7 a seguir foram registradas as roças e plantações de mandioca, arroz e abóbora.

Figura 5. Plantação de mandioca, na gleba Tauá.



Fonte: Dias (2020).

Figura 6. Plantação de arroz, na gleba Tauá.



Fonte: Dias (2020).

Figura 6. Plantação de abóbora, na gleba Tauá.



Fonte: Dias (2020).

Portanto, a partir da análise das imagens acima percebe-se uma tradição no manejo da agricultura camponesa no território pesquisado e mostra a importância da Terra para esses camponeses. Como afirma Ramos Filho (2015, p.50).

Para os camponeses, a terra tem um sentido oposto. O acesso e o controle da terra são primordiais para viabilizar moradia, produção alimentar básica da família, geração dos recursos econômicos necessários à sua subsistência, realização da cultura e muitas vezes da religião. Portanto, a conquista e o controle da terra para o campesinato comportam as funções de moradia, de trabalho, de vida. A terra representa um sonho para os camponeses expropriados. Quando o acesso a ela converte-se em acesso ao território, a terra tanto sonhada torna-se o meio que possibilita ampliar e materializar os sonhos da família, em diferentes planos, dimensões e escalas temporais. Portanto, território não é apenas terra. Mas é terra, água, cultura, religião, floresta, política, economia, memória etc. [...].

Enfim, os camponeses nas culturas agrícolas priorizam manter algumas atividades dos seus antepassados, mesmo com o avanço da tecnologia no campo e o sentimento de pertencimento com o lugar, dessa forma resistem no território, mesmo cercado pelo avanço do capitalismo e industrialização do campo.

5.2 Produção camponesa, diversidades do Cerrado e suas contribuições para segurança alimentar

Neste capítulo apresentamos o aproveitamento da biodiversidade local utilizada pelos camponeses situados às margens do rio Tauá no município do Goiatins e os benefícios do cerrado diretamente na sobrevivência dos moradores.

Muitas de suas produções estão pautadas no modelo agroecológico, sem uso de defensivos agrícolas e com uma diversidade de produtos, além da roça de toco. Para plantar essas roças de toco, os camponeses precisam escolher um local adequado. De acordo com Santos (2019, p.153) a produção na roça de toco é agroecológica pois há vários tipos de cultivos em única área plantada.

[...]a produção de alimentos através das roças de toco e de quintais produtivos, tendo como sistema de produção o policultivo, que é uma combinação de espécies de plantas no mesmo espaço. Assim, nas roças de toco, encontra-se o cultivo de mandioca, milho, feijão trepa-paú, fava, abóbora, arroz, melancia etc.[...].

Comparando os camponeses pesquisados com os camponeses residentes no município de Barra do Ouro que residem na “Gleba Tauá”³ observa-se que os mesmos estão mantendo os modos de produções tradicionais e muitos camponeses que estão situados às margens do rio Tuá também estão mantendo as tradições. Com o avanço do agronegócio no município de Goiatins, a partir da industrialização do campo, os camponeses precisaram manter suas atividades e se fortalecer com a intenção de sobreviver a partir do trabalho colaborativo com o apoio da família. Ramos Filho (2015, p. 51) afirma que os camponeses apresentam alguns fundamentos para continuar resistindo ao avanço do capitalismo.

O fundamento da sua existência reside em uma economia familiar, na qual o trabalho da família é a principal referência. Os objetivos do seu trabalho não guiados pela realização da acumulação. Esta é outra característica importante da economia camponesa. Em épocas de crise, as soluções não são tão rígidas e dispendiosas quanto as adotadas pelas economias empresariais e/ou estatais, que são formas econômicas não camponesas. Os camponeses praticam a ajuda mútua, a solidariedade comunitária, formas de cooperação simples e complexa, que se estendem e se entrelaçam entre os membros da família camponesa, entre diferentes famílias camponesas e entre os membros da família camponesa [...].

Esses fundamentos sobre os camponeses foram possíveis de serem observados durante a visita de campo nas casas das famílias pesquisadas, em uma das propriedades tem uma família composta por cinco pessoas, que tem um engajamento coletivo no desenvolvimento da propriedade, desde a produção até a colheita, sobre tudo na produção de farinha, ou seja, cada membro tem uma função, como afirma o camponês 3.

Primeiramente eu arranco essa mandioca e carrego ela até uma caixa e coloco dentro da água e deixo a mandioca de molho até os cinco a seis dias e depois com ajuda da mulher e dos meninos tiro a “puba” de molho e tira a casca coloca na “coxa” e depois pisa a puba, depois vamos colocar para prensar essa massa e no outro dia cedo um vai peneirando, outro poda fogo no forno, outro vai procurar a lenha e ai então poda essa massa pra torrar, depois de torrada retira do forno, e começa torrar outra fornada. Tem vez que é muitas fornadas para fazer em um dia. A gente também faz a tapioca e a massa de puba mais aí é de outro jeito. Para fazer a tapioca a mulher raspa a mandioca, eu ralo a mandioca e depois a mulher lava essa massa raspada e coloca água da lavagem para descansar, então a tapioca vai assentar no fundo da bacia aí é só colocar para secar e depois peneirar e está pronta para guardar para fazer bolo, beiju e o que sobra já a gente vende e com a massa lavada da mandioca faz a farinha branca. No caso da puba agente pode aproveitar a mandioca já estava de molho para fazer a farinha de puba, é só pisar a mandioca e torcer a

³ De acordo Almeida & Santos (2019, p.148). A comunidade Tauá, localiza-se na região nordeste do Tocantins, as margens do rio Tocantins e do rio Tauá, no município de Barra do Ouro. Possui uma população de 4.123 pessoas, localiza-se à 419 km de Palmas. É uma área de terra da União Federal que está em disputa judicial entre oitenta e duas (82) famílias camponesas de posseiros e ocupantes com um fazendeiro, que é um grande produtor de soja catarinense que alega propriedade de 17.735,000 hectares de terra. Essa é uma das comunidades camponesas de posseiros tradicionais da região nordeste do Tocantins, que foi formada por famílias que viviam em terras comuns de forma itinerante.

massa em um pano para tirar água e depois colocar para secar, depois de secar pisa ela de novo e passa na peneira e depois guarda para fazer bolo, mingau, crolado e que sobra vende para os vizinhos ou para os moradores do povoado aqui perto. (Entrevista n. 3 concedida à autora em fevereiro/2021).

Observando a dinâmica de produção de farinha desta família, pode-se dizer que eles ainda apresentam de maneira manual suas produções agrícolas e sem investimento de capital na propriedade, muitas vezes para complementar a renda para sobrevivência esta família conta com o auxílio do governo federal, por meio do Bolsa Família.

Também foi verificado que algumas famílias passam por restrições a educação, saúde, alimentação, vestimentas, conforme relatos em campo. Quando a camponesa 4 foi questionada sobre o que ela espera para futuro morando as margens do rio Tauá, ela afirmou o seguinte.

Aqui até que as estradas estão boas, os fazendeiros estão arrumando porque eles usam a mesma estrada. O problema é que escola para meninos estudar é longe eles têm que esperar o carro para ir à escola, o posto de saúde é longe, quando quero consultar vou na Barra do Ouro, pois minha mãe mora lá e para mim é mais fácil, para comprar as coisas e vender um feijão, farinha, tapioca e também tem que tirar o bolsa família e eu deixo para pegar quando junta uns dois meses. Mas, para ficar bom mesmo aqui o que falta de verdade é uma internet, porque é ruim demais sem internet, pois já têm televisão usando antena parabólica e tem telefone, então, agora só falta a internet (Entrevista n. 4 concedida à autora em fevereiro/2021).

Observando o ponto de vista do relato percebe-se que os camponeses estão mudando seus hábitos culturais de acordo com o avanço da tecnologia no campo, mesmo que trabalhem de forma manual a hegemonização do agronegócio no território provoca um processo de transformação do homem do campo. Ramos Filho (2015, p. 52) diz que os camponeses são resistentes. “O campesinato é o modo de vida mais antigo da história da humanidade. Tem resistido e sobrevivido às diferentes crises econômicas, bélicas, ambientais etc.[...]. Os camponeses criam suas saídas. Eles têm muito a nos ensinar[..]”. Então se eles querem melhoria precisam ser ouvidos e continuarem resistindo sem perder a essência de ligação com a natureza e a qualidade de vida.

Os camponeses que residem às margens do rio Tauá têm uma ligação muito forte com o território, que foi observado através da relação do mesmo com o bioma Cerrado. Os camponeses que estão assentados há muito tempo em meio a vegetação do Cerrado já sabem bem quais os alimentos que podem ser extraídos da vegetação e as famílias processam esses alimentos e depois servem para alimentação e o excedente são vendidos para pessoas que encomendam os produtos

De acordo com a camponesa n. 2, a mesma afirma que “*nasci na região no ano de 1955 na beira do rio Manoel Alves Grande*” e só na propriedade onde mora hoje está desde

1983. Percebe-se na fala dela que sua especialidade com a terra além das tradicionais roças é o aproveitamento de frutos do cerrado para produção de azeites e polpas de frutas. Segundo a entrevistada “*antigamente ninguém sabia que existia supermercado, tudo que agente tinha aqui era plantando aqui mesm,o era só plantar que dava tudo*”. Questionada sobre os alimentos que ela aproveita do Cerrado ela diz:

O babaçu esse eu quebro. Primeiro vou pegar embaixo do pé de babaçu e coloco os cocos para secar e aí quebro com o machado, depois coloco eles no sol de novo depois piso no pilão e aí torra, joga no moinho, depois ferve até subir o azeite. Aí vendo o litro por trinta reais e serve para o povo colocar no cuscuz, fritar um ovo e outras coisas. Pode também tira esse mesmo azeite da macaúba, só que é mais dura para quebrar aí fica mais caro o azeite. Ah! Agora o buriti esse aí gosto de comer demais, basta ter que eu aproveito tudo, de primeiro eu fazia corda com a fita retirada do olho do buriti hoje em dia a gente não faz mais corda e dava também para fazer a embira que fazia a vassoura. Agora a fruta essa agente comi, rapa e seca. Pois, de primeiro não tinha geladeira para guardar então secava o buriti, desmancha para comer com farinha, podia fazer doce do buriti e tirar o azeite. A pessoa pode fazer o que quiser com o buriti. O azeite do buriti o povo diz que é bom para o coração. Agora se é medicinal ou não já isso eu não sei, mas eu mesmo uso cátrato, veia entupida, queimadura na pele, sempre fico com o azeite e vendo pôr o litro por R\$ 100,00 para quem encomenda no tempo que está caindo o buriti. Essa o povo já tem comprado muitos litros e com dinheiro a gente compra o gás, carne e ajuda completar o dinheiro da aposentadoria. O murici esse aqui do terreiro a gente faz polpa e vende também a fruta. Agora a bacaba essa a gente desmancha pra comer com farinha e faz também azeite que bom para saúde é bom para emendar osso, agora esse aí eu não vendo. Outro azeite que vendo muito é de mamona essa aí tiro muito e vendo o litro de R\$ 100,00 também e com dinheiro compro farinha e feijão da vizinha. Quando vou tirar azeite de mamona eu dou as mamonas para uma vizinha e ela tira o azeite na meia (Entrevista n. 2 concedida à autora em fevereiro/2021).

A partir do relato acima, percebe-se uma relação da entrevistada com o território, que faz ela buscar em suas memórias como ela fazia antes e o que ainda está fazendo agora, uma vez que valoriza ainda mais o território pertencente. De acordo com Saquet (2017, p. x) “O sentimento de pertencimento a uma classe e a um lugar é fundamental para o desenvolvimento direto nos debates, projetos e processos que precisam ocorrer no nível das comunidades rurais”. Esse desejo de continuar na sua terra faz com que essa moradora ganhe força no direito de continuar sobrevivendo nesta Terra até o fim da sua vida.

Figura 8. Fruto do coco babaçu e amêndoas.



Fonte: Dias (2020).

Figura 9. Fruto do buriti e seus derivados



Fonte: Dias (2020).

Entre esses alimentos citados pela a entrevistada, a Embrapa publicou um material⁴ sobre alguns alimentos ricos em valor nutricional para os povos residentes no Cerrado, esse documento é de 1994 e fala da importância do pequi e do buriti para os povos do Cerrado. Na

⁴ O centro de pesquisa Agropecuária dos Cerrados-CPC publicou um livreto com o aproveitamento dos alimentos do Cerrado e está disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/101106/1/doc-26.pdf>. Acesso em 22 de abr. de 2021

publicação os autores apresentam o conceito de cada planta e possíveis receitas já realizadas pelos povos do Cerrado.

Contudo, tem um fruto também muito aproveitado pelos camponeses que é o pequi, todos os entrevistados relatam sobre a importância do pequi na alimentação da família, como explica a entrevistada n. 5, que reside na comunidade há mais de 28 anos, seus pais também nasceram no mesmo lugar e seus avós vieram do sul do Maranhão no ano de 1956. *“O pequi era usado pelo povo, fazia sabão, azeite que era bom para gripe e também para comer”*. Então, o pequi era muito importante para os moradores locais.

Levando em consideração a importância do camponês para conservação dos frutos nativos, pode-se afirmar que enquanto os camponeses aqui pesquisados estiverem desenvolvendo técnicas tradicionais de manuseio do solo como as roças de toco, uso da biodiversidade e outras técnicas agroecológicas, a biodiversidade na comunidade estará preservada.

Outro alimento que plantado no meio do cerrado em campo limpo que foi observado durante a pesquisa é a produção de caju “manso” como relata a camponesa n. 2.

Trouxeram pra mim umas mudas de caju de projeto pra plantar e ai deu caju demais, dá pra fazer suco com a fruta e pode dá pro gado. Já a castanha eu ponho pra secar, depois asso e vendo os pacotes por R\$ 5,00 reais e as castanhas que não serve para assar eu vendo pro homem que passa comprando pra mandar pro Ceará (Entrevista n. 2 concedida à autora em fevereiro/2021).

Além deste caju plantado na propriedade, os camponeses também aproveitam os cajus nativos do cerrado. Eles fazem sucos e doces e os que eles não colhem alguns, animais se alimentam da fruta.

Para esses camponeses, a terra e as plantas do Cerrado é único conhecimento passado de geração em geração pelos seus antepassados, a maioria nunca pensou em vender suas terras e se mudar para cidade. Como relata a entrevistada n. 5, quando solicitada para explicar sua relação com a terra e há quanto tempo ela exercia atividade de lavradora.

Eu moro nesse lugar há vinte anos, mas nasci perto daqui onde aprendi a trabalhar na roça, minha mãe me ensinou como campinar, plantar. Eu lembro que a gente plantava algodão, depois colhia e fiava e fazia redes e cobertas, aprendi a plantar feijão, fava e arroz. Hoje em dia só eu e meu velho, e só ele ainda planta, pois estou doente e não dou conta mais de trabalhar na roça. O que faço hoje é plantar um canteiro e uma pimenta de cheiro aqui no terreiro de casa. Antes eu fazia uns azeites e produzia meu sabão, mas depois do meu velho foi ofendido de cobra a mão dele rui e ele hoje pode ver tirando azeite e fazendo sabão que desanda tudo. Hoje meu vive de plantar a roça de feijão e tira para comer e que sobra vende e ele criar também uns gadinhos pouco não dá nem para tirar leite. Agora que chegaram esses vizinhos até que as nossas estradas estão boas porque antes o povo demorava vir arrumar as estradas. Mesmo com algumas dificuldades em morar aqui eu não penso

em ir para cidade pois meu lugar é aqui e eu não me vejo em outro lugar (Entrevista n. 5 concedida à autora em fevereiro/2021).

Percebe-se uma relação de afinidade com os grandes latifundiários, devido a ausência da gestão do município para essa comunidade e com isso alguns deles ainda não conseguiram perceber os prejuízos que os desmatamentos dos cerrados poderão causar para os camponeses. Assim, os camponeses precisam continuar resistindo a partir de suas práticas de uso da terra e sua força de vontade de não desistir da terra para o capital.

Porém, muitos acabam não resistindo e mudam-se para a cidade. De acordo Saquet (2017) essa mudança brusca é provocada pela desterritorialização a partir da “produção agroquímica convencional”, pois a hegemonização da produção exclui os camponeses agroecológicos. Enfim, outros camponeses perceberam alguns prejuízos na fauna e na flora do lugar. Esses impactos são os assuntos do próximo capítulo.

5.3 Os impactos provocados pelo agronegócio e a modernização da agricultura na comunidade nas margens do rio Tauá.

Neste capítulo apresentamos alguns problemas provocados pelo o avanço do agronegócio no campo. De acordo com Fornaro (2012, p. 19) “A expansão do agronegócio em direção ao Centro Oeste e Norte do Brasil ganhou expressão a partir das décadas de 1970 e 1980, impulsionada por políticas públicas voltadas à ocupação de terras e ao desenvolvimento regional.” Essa atividade agrícola avançou no bioma de maneira agressiva e ainda tem uma expansão da fronteira agrícola.

Com o Tocantins fazendo parte do cultivo de produtos agrícolas vendidos no mercado internacional, que são chamados commodities agrícolas, as terras do Estado do Tocantins atraem novos investidores e também grileiros de olho na nova oportunidade de negócio.

Neste contexto o camponês n. 1 relata que:

Eu moro aqui desde quando eu casei em 1956 e aqui já morava a vó da minha mulher e antes moravam os bisavó dela, era uma terra grande acho que mais de 100 alqueiro, mas era um lugar esquecido, não tinha estrada, depois ano 1970 comecei a pagar uma taxa para prefeitura, mas só depois de 1982 é a GETAT passou medindo as terras, aí dividiu minha terra com meu cunhado Antes disso essa terra não tinham valor, ela vem passar a ter muito valor quando começou aparecer os homens comprando pra plantar soja (Entrevista n. 1 concedida à autora em fevereiro/2021).

Esse desinteresse pelas terras do município do Goiatins antes de 1970 é explicado pela falta de conhecimento científico a respeito de plantio no solo do cerrado. As atividades mais comuns no território era criação de gado de forma extensiva, para alimentar o rebanho

criavam-se os animais soltos ocupando uma grande área de terra e os animais eram marcados com as iniciais do proprietário.

Porém, depois que os empresários começaram a comprar as terras na região, esse modelo de criação bovina não funcionou mais, fazendo com que muitos camponeses começassem a formar pequenas áreas de pasto fechado, diminuindo as roças de toco, nos anos seguintes.

O Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) foi criado por um decreto de lei n. 1.799, de agosto de 1980, conforme apontado no artigo 3 (BRASIL, 1980, p. 1).

Art 3º - Caberão ao GETAT, no desempenho das finalidades previstas no art. 1º, todos os poderes inerentes à colonização e à regularização fundiária, inclusive os relativos à discriminação, arrecadação, destinação, licitação, alienação e desapropriação de áreas rurais, à legitimação de posses, ao assentamento de agricultores, à emissão de títulos de domínio, ao recebimento de doações de terras em favor da União, à execução das Leis n.º 5.709, de 7 de outubro de 1971 e 6.431, de 11 de julho de 1977, dentre outras, bem como à celebração de convênios, contratos e termos.

Percebe-se que a nova lei atuaria com novas medidas em cima da lei de doação de terra residente a estrangeiros e a outra lei sobre doação de terras devolutas na região da Amazônia e a GETAT ficaria subordinada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Depois dessa promulgação é que começou as demarcações das áreas rurais.

Essa atitude do governo brasileiro em demarcar as terras, que na época abrangia os municípios de Goiatins e Barra do Ouro no antigo norte-goiano, foi importante para camponeses que conseguiram a titulação de suas Terras e hoje dão segurança para os que ainda não venderam suas terras para os produtores de milho e soja que cercam todas essas famílias as margens do rio Tauá.

O cultivo de soja e milho são atividades agrícolas incentivadas pelo capital e provoca a desterritorialização dos camponeses que moram há anos no lugar e a hegemonização das atividades agrícolas levará a uma escassez de alimentos variados com bases nutricionais adequadas para famílias.

De acordo com os depoimentos das famílias entrevistadas, de 2006 até os dias atuais a área investigada já perdeu muitas famílias que não conseguiram se manter na propriedade e acabaram vendendo para os grandes latifundiários. Hoje, essas pessoas estão nos povoados ou cidades vizinhas, tentando se adaptar a uma nova realidade.

Segundo Schlesinger e Noronha (2006, p. 85) “A expansão da soja nesses municípios pode estar ameaçando a segurança alimentar da população, pois vem ocorrendo um processo

de queda do cultivo de produtos importantes na dieta alimentar, como feijão, milho e algumas frutas[...].”

Observando os impactos na vida dos camponeses do município de Campos Lindos que é município limítrofe de Goiatins e que apresenta perdas nas produções dos camponeses, Schlesinger e Noronha (2006, p. 95) afirmam:

O sistema de produção desenvolvido antes da chegada da soja baseava-se no extrativismo de bacuri, buriti, buritirana, caju, pequi (produção de sabão de coada), bacaba, mangaba, piaçava (produção de óleo) e mel; na ‘roça de toco’ produzindo arroz, milho, mandioca, feijão de corda, fava, abóbora, melancia, banana, abacate, abacaxi, algodão; na criação de suínos e aves; na caça de animais silvestres (veado, catitu, anta, ema, siriema, cutia, tatu, perdiz); e na pesca, quando os peixes ainda existiam em abundância. Este sistema de produção garantia a segurança alimentar das famílias, com uma dieta de alta diversificação, e ainda podia gerar renda proveniente da comercialização do excedente na feira.

Observando a fala do autor percebe-se que os modos de produção dos camponeses acima são os mesmos na mesma área pesquisada, e o autor continua relatando que os camponeses que permaneceram na terra estão ilhados pelo agronegócio, resistindo ao poder do capitalismo.

Na comunidade pesquisada não está muito diferente, as famílias vivem em uma área que umas das saídas dos territórios é o rio Tauá e do outro lado são produtores de soja e milho e afastando em direção ao povoado mais próximo cerca de 18 km estão as grandes plantações de eucalipto.

Apesar de alguns camponeses verem o agronegócio com bons olhos, por causa de algumas melhorias nas estradas, que são mantidas pelo grupo de agricultores e com finalidade de uso próprio deles, muitas estradas mudam de lugar derrepente, sem comunicar aos camponeses. Vejamos a fala do entrevistado n. 6 “Eu não tenho o que dizer dos donos dessas fazendas, pois esse aí que é meu vizinho é como um pai para mim”.

Atualmente os camponeses estão ilhados pela soja, com dificuldades para garantir seu sustento, uma vez que não há espaço suficiente para fazer a roça; os frutos, as caças, os peixes estão cada vez mais escassos,

Um entrevistado que mora na terra e trabalha para comunidade prestando serviços públicos faz a seguinte análise:

Estou na profissão há 21 anos e gostou muito do meu trabalho, pois é uma forma de ajudar. Se alguém está bom não precisa de ajuda, mas se alguém está doente aí sim precisa de ajuda, aí onde eu posso chegar para estar ajudando essa pessoa. Quando iniciei meu trabalho eu atendia 99 famílias só nessa área daqui do povoado até a beira do rio Tauá e hoje eu já atendo no povoado e na zona rural 66 famílias. Hoje na zona rural atendo somente 38 famílias, a partir de 2006 comecei a perder muitas famílias na zona rural, mais ou menos 60 famílias que foram vendendo suas terras

para os plantadores de soja, milho e eucalipto e muitos deles se mudaram para Barra do Ouro, Araguaína, Povoado Morro Grande, Goiatins, Palmeirante e até mesmo esse aqui o povoado Barro vermelho. Já as famílias que ficaram na beira do rio Tauá estão cercadas pelos plantadores de soja (Entrevista n. 7 concedida à autora em fevereiro/2021).

Percebe-se no depoimento do entrevistado que houve uma mudança brusca na vida desses camponeses que residiam a vida inteira na comunidade e precisaram adaptar-se em um novo território, tendo que conviver para sempre com as marcas e memórias dos sentimentos de pertencimento ao lugar de vivência. Os que ficaram precisam ficar cercados pelo agronegócio e suas consequências.

Ainda questionando o mesmo entrevistado a respeito dos pontos negativos e positivos da chegada do agronegócio na região, ele fala sobre suas inquietações sobre o avanço das grandes produções agrícolas.

Para mim a respeito da produção da soja eu gosto até mais ou menos, mas outro lado, acho que nós somos pouco beneficiados, pois depois que colhe vende ela pra fora e ficamos sem nada. E a respeito do eucalipto pra mim não foi bom não, pois eu que tinha umas nascentes de água na minha terra depois do eucalipto ela secou, não fui e nem sou a favor do eucalipto. Agora tem uma coisa em uma dessas fazendas do agronegócio que eu visito que está me deixando preocupado, estou percebendo eles fazendo um açude para puxar água do rio Tauá no verão e para fazer irrigação, isso seria bom pra eles pois teriam uma plantação irrigada, mas, por outro lado irão puxar água do rio Tauá na época que as pessoas precisam de mais água, já tenho certeza que o povo que mora perto do Tauá irão ficar sem água. Nós estamos querendo que as coisas melhorem aqui, e isso que eles estão fazendo com água do rio não é bom. E ainda mais nós não somos beneficiados com estradas de asfaltos, melhorias de trabalhos. Aqui precisamos proteger o Cerrado, pois, tem muitas árvores e traz um oxigênio melhor pra gente e nossos brejos. Nós temos o buriti, a bacaba; é muito bom tomar o suco das frutas do Cerrado. (Entrevista n. 7 concedida à autora em fevereiro/2021).

Do ponto de vista do entrevistado, os impactos na comunidade já começaram e ele percebeu isso porque vê a mudança no espaço a partir das nascentes, paisagens, aspectos do solo, irregularidades nos níveis dos rios. Quando questionado sobre as expectativas de políticas públicas voltadas para o meio ambiente, ele afirma que:

Eu queria que tivesse uma maneira de conservar mais e evitar a erosão que chega até nossas nascentes, pois o povo arreja a terra; ela não faz curva de nível então vem a chuva e a erosão e traz areia para dentro da nascente e estão acabando com nossas nascentes. A diferença hoje é muito grande, antes a gente tinha água o ano todo, hoje acabou a chuva acabou as águas devido tanta erosão. O que vejo que na hora de derrubar a mata eles deixam um pedaço sem derrubar, mas passando o tempo eles vão aumentando áreas desmatadas, acham essa área pequena, menor ainda do que o IBAMA autoriza e quando eles voltam para fiscalizar eles já derrubaram e quando a gente menos espera está acabando com tudo. Até os animais do Cerrado diminuiu bastante, acho que o veado, tatu, paca eu penso que quase acabou. Agora as onças

essa aí não, elas estão aumentando, pois estão ficando pouco mato e estão andando dia e noite, estão sem lugar pra ficar (Entrevista n. 7 concedida à autora em fevereiro/2021).

Como expressa o desejo do entrevistado, a comunidade precisa de fiscalização para preservar o pouco que resta do Cerrado e precisam também se adaptar a uma nova realidade de território e uso da terra.

Durante o levantamento de dados, alguns ficavam a favor e outros contra o agronegócio, isso pode ser observado no depoimento da camponesa n. 2. *"Aqui agente plantava muitas abóbora, mas hoje em dia não dá que preste, aparece aqui a mosca branca e vira uma praga. Não vinga as abobora e isso apareceu depois desses plantios de soja"*. Essa ligação da dificuldade de um alimento ser colhido pelas mudanças que ela observa após a chegada do agronegócio é uma maneira de manifestação contrária.

Durante a pesquisa com os entrevistados, em determinado momento, precisaram responder se eram contra ou a favor do avanço do agronegócio e o resultado dessa resposta pode ser analisado nos dados abaixo no quadro 1.

Quadro 1. Resultados da a pergunta: você é a favor ou contra o agronegócio?

TABULAÇÃO DADOS - PESQUISA AGRONEGÓCIO	
Entrevistados:	Camponeses dos municípios de Goiatins
Pergunta disparadora:	Você é a favor do avanço do Agronegócio?
Total de entrevistados:	10
Resultado	
Respostas	Quantidade
Sim	8
não	2

Fonte: Organizado pela autora: Dias, Patricia Fonseca

Essa aceitação dos camponeses com o agronegócio é perceptível no relato do camponês n. 7, *"depois que esse povo chegou aí, pra mim ficou bom, na hora que a gente precisa deles eles estão prontos pra ajudar, e foi também que já compraram um pedaço da minha terra"*. Observa-se nessa relação, uma âncora no poder do capital dos produtores de grãos, através de suas ações de benefícios próprios, como organização das estradas entre outros serviços prestados.

Outras relações também foram reveladas na pesquisa, alguns desses camponeses pagam horas de trator para esses produtores, para não precisarem manusear a terra com ferramentas manuais, como relata o camponês n. 8, que diz implantar novas técnicas de produção de roça. *"Pago para derrubar o mato de trator, umas 8 horas de serviço já derruba tudo, depois espero secar o mato e coloco fogo e está pronta para plantar"*.

Dentre essas novas práticas, o entrevistado n. 9 relata que está se adaptando às novas práticas de manuseio da terra. *“Há! Quase não campino mais de enxada, prefiro usar o mato tudo, que é um veneno, que mata os matos sem matar os alimentos”*, e segue relatando que utiliza uma bomba de jogar veneno à gasolina. Portanto, pode-se considerar diversos fatores para essa aceitação do agronegócio nesta comunidade ilhada pela mecanização do campo.

Salienta-se ainda que há outro fator sendo evidenciado de tranquilidade com o agronegócio na comunidade e este é em relação à educação das crianças que ainda moram nas propriedades. De acordo com a resposta do questionário n. 1, que tem ligação com uma instituição de ensino do distrito do Povoado Campos, no mesmo município e fica há uma distância de 18 quilômetros das famílias pesquisadas.

De certo, relata que: *“depois da chegada da soja aqui, as coisas melhoraram, era difícil para crianças vir para escola pois as estradas era ruim, agora as estradas são boas e eles também dão emprego para alguns jovens que precisa”*. (Questionário n. 1 concedida à autora em março/2021).

No entanto, foi observado nesta mesma escola frequentada pelas crianças da zona rural, que o currículo são os mesmos da área urbana. Ou seja, os estudantes não relacionam o ensino com as dificuldades enfrentadas por eles no dia a dia.

Essa escola precisaria estar inserida no contexto das condições relacionadas entre os camponeses e o agronegócio, pois a partir dessas relações, poderiam observar e ter um olhar crítico sobre as atividades agrícolas na proximidade do seu território.

Portanto, seria importante a comunidade ser orientada sobre o avanço do agronegócio em seus territórios. De acordo Straforini (2018, p.179) diz que:

[...]destaca a importância da mobilização dos conhecimentos geográficos ensinados nas escolas para crianças e jovens escolares de modo que possam ser úteis em suas práticas espaciais cotidianas, considerando as demandas sociais e individuais produzidas no contexto da globalização[...].

Enfim, o conhecimento geográfico sempre será útil para as crianças, jovens e adultos camponeses e será de suma importância para conscientização das práticas de conservação do território.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa investigou os impactos do agronegócio no modo de vida dos camponeses que residem às margens do rio Tauá, no município de Goiatins-TO e revelou a formação do território até a implantação do cultivo da soja e milho. A visibilidade das terras e a industrialização do campo no município pesquisado aconteceu depois da criação do estado do Tocantins em 1989. Porém, os agricultores começaram a chegar no local de investigação a partir do ano 2006.

De acordo com os relatos durante as visitas técnicas de campo, quando os agricultores convencionais chegavam e perguntavam quem queria vender as terras, muita gente decidiu vender. Pois, antes destes interesses dos sulistas pelas terras, os camponeses as tinham com um valor incalculável, sendo um território de uso, moradia, alimento e lazer. Os camponeses chegaram ao território desde da década de 1950, alguns vieram do sul do Maranhão e outros nasceram no local, pois seus antepassados já moravam nessas Terras. No entanto, a legitimação das terras só aconteceu a partir de 1982, quando o INCRA começou a identificar as famílias camponesas assentadas e demarcar as terras com agrimensores da GETAD e emitiram o título de posse da terra para os camponeses. São esses títulos que ainda estão garantindo a segurança.

Em sínteses, as famílias por muito tempo vivem no território se mantendo com o que a terra oferece, plantando a própria roça de toco, utilizando sementes crioulas para preservar e garantir os alimentos de um ano para o outro. Ainda criam animais para melhorar a alimentação como: porcos, galinhas, vaca, entre outros. Também utilizam o extrativismo do Cerrado, para complementar a dieta alimentar.

Conseqüentemente, o avanço do agronegócio na região está provocando uma hegemonização dos saberes e o patrimônio imaterial dessa comunidade está se perdendo. Esse avanço se dá com a implantação das fazendas agrícolas, eucalipto e pastagens, o que acarreta em mudanças de muitas famílias da região para as cidades próximas, muitas vezes, vivendo de forma precária.

Por fim, para os camponeses que resistiram ao poder do capital e não venderam suas terras, precisam manter-se firmes em suas atividades e continuar plantando e conservando o território, e cobrando do poder público políticas concretas para a agricultura camponesa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rejane Cleide Medeiros de; SANTOS, Valéria Pereira. Mapeamentos Social dos Impactos dos Grandes Empreendimentos Agrícolas do MATOPIBA na Comunidade Tauá: uma perspectiva a partir do processo de resistência camponesa no Cerrado-Barra do Ouro-TO. **Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 6, n. 14, p. 143-156, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1478>. Acesso em: 18 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm. Acesso em: 01 fev. 2021.

BRASIL. **Lei n.º 5.851 de 7 de dezembro de 1972**. Autoriza o Poder Executivo a instituir empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/15851.htm. Acesso em: 01 fev. 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. 600p.

BRASIL. **Embrapa**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/> acessado no dia 18 nov.2020.

BISPO, Cláudia Luiz Sousa de; MENDES, Estevane de Paula Pontes. A Educação Escolar, o Ensino de Geografia e os aspectos socioculturais da população do campo. **Espaço em Revista**, Catalão, v. 10, n. 1, p. 82-105, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/espaco/article/view/13548/9108>. Acesso em: 05 mar.2021.

CHAVEIRO, Eguimar Felício; BARREIRA, CCMA. Cartografia de um pensamento de cerrado. **Cerrados: perspectivas e olhares**, Goiânia: Editora Vieira p. 15-30, 2010. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/214/o/Livro_CERRADOS_perspectivas_e_olhares.pdf#page=16. Acesso em: 10 nov. 2020.

CARDOSO, Bárbara Françoise; DE OLIVEIRA, Thiago José Arruda; DA ROCHA SILVA, Mônica Aparecida. Eletrificação Rural e Desenvolvimento Regional: uma Análise do Programa Luz para Todos. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 11, n. 22, p. 117-138, 2013.

CAVALCANTE, José Luiz. **A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra**. São Paulo ed. 2 p. 1-7, 2005. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia02/LeideTerra.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

CERQUEIRA, Eder da Silva. Agronegócio x desenvolvimento: espaços estratégicos do agronegócio no estado do Tocantins e o Índice de Desenvolvimento Humano. **Produção Acadêmica**, Porto Nacional, v. 2, n. 1, p. 05-32, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

FELICIANO, Carlos Alberto; ROCHA, Carlos Eduardo Ribeiro. Tocantins no contexto do Matopiba: territorialização do agronegócio e intensificação dos conflitos territoriais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, n. 47, p. 230-247, 2019. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6270> acessado no dia 20 out. 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Políticas públicas e questão agrária: bases para o desenvolvimento territorial camponês. IN: RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente; SANTOS, Josefa de Lisboa; CLEPS, Gleisa Daise Gumiero; ANDRADE, Vanilza da Costa (ORG) **Estado, políticas e território**. 1. ed. Outras Expressões: São Paulo, 2015, p. 17-38

FORNARO, Alexandre Castelli. **Logística e agronegócio globalizado no estado do Tocantins: um estudo sobre a expansão das fronteiras agrícolas modernas no território brasileiro**. 2012. Dissertação (Mestrado em Análise Ambiental e Dinâmica Territorial). Instituto de Geociências da UNICAMP, Campinas-SP, 2012. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286703>. Acesso em: 10 out. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to/goiatins.html>. Acesso em: 04 dez. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de 2007**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/campos-lindos/historico>. Acesso em: 04 abril. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de 2007**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/goiatins/historico>. Acesso em: 04 abril. 2020.

MARTHA JUNIOR, Geraldo Bueno; CONTINI, Elisio; NAVARRO, Zander. Caracterização da Amazônia Legal e macrotendências do ambiente externo. **Embrapa Estudos e Capacitação- Documentos (INFOTECA-E) Brasília**, 2011. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/907075/1/GBMJEstudoAMZDA1v1ISSN.pdf>. Acesso em: 26 abr.2021.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do Neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MELO, Sued Wilma Caldas. **Extrativismo vegetal como estratégia de desenvolvimento rural no Cerrado**. 2013. 197 f.. Dissertação (Mestrado em Agronegócio). Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/13608>. Acesso em: 23 nov. 2020.

MENDES, Mauricio Ferreira. **Políticas públicas em assentamentos rurais: potencialidades e limitações do PAA e do PNAE em Mato Grosso**. 2017. 230f. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Estudo Sócio Ambientais da Universidade Federal do Goiás, Goiania, 2017.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio Mitidiero. Crise do Capital Global, Natureza e Agronegócio. IN: FILHO, Eraldo da Silva Ramos; JUNIOR, Marco Antônio Mitidiero; SANTOS, Laiany Rose Souza (ORG) **Questão Agrária e Conflitos Territoriais**: 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2006, p. 17 – 35.

MOURA, Osmar Oliveira de; Santos, Ana Caroline Pereira dos; ARAÚJO, Silvania Reis de; MENDES; Mauricio Ferreira. O Mercado Municipal de Araguaína/TO como propulsor de alimentos do cerrado. **Revista Cerrados**, Montes Claros, v. 18, n. 01, p.44-65, 2020.

OLIVEIRA, Rosy. **O movimento separatista do Tocantins e a Conorte (1981-1988)**. 1998. 1998. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado de História) --UNICAMP, São Paulo. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/281828/1/Oliveira_Rosyde_M.pdf. Acesso em: 24 mar. 2021.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: Carlos, Ana Fani (Org). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2000, p. 63 a 110

PITTA, Fábio Teixeira; VEGA, Gerardo Cerdas. **Impactos da expansão do agronegócio no Matopiba**: comunidades e meio ambiente. Rio de Janeiro: Mórula, 2017.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. O Campesinato entre a segurança e a soberania alimentar IN: RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente; SANTOS, Josefa de Lisboa; CLEPS, Gleisa Daise Gumiero; ANDRADE, Vanilza da Costa (ORG) **Estado, políticas e território**. 1. ed. Outras Expressões. São Paulo, 2015, p. 39 – 64.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, Marivânia Garcia da et al. **Dinâmica da produção extrativista de pequi no Brasil**. 2008. Disponível em: http://www.cpac.embrapa.br/publico/usuarios/uploads/alternativa_agroenergia/publicacoes/Dinamica_extrativista_pequi_Brasil.pdf. Acesso em 10 abril.2021.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para cooperação e para o desenvolvimento territorial. Consequências: Rio de Janeiro 2015.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial**. Consequências: Rio de Janeiro, 2017.

SANTOS, Valéria Pereira. **Cartografia Social das Mulheres da Comunidade Raposa/Ribeirão D'anta**. 2019. Disponível em: <https://osf.io/szkmw> acesso em: 23 nov. 2020.

SANTOS, Clóvis Caribé Menezes dos. MATOPIBA: uma nova fronteira agrícola? Uma conciliação Geográfico de ordenamento do Agronegócio? Uma Nova Reorganização produtiva dos espaços de “Cerrados” dos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia? **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, Salvador, n. 245, p. 570-600, 2018.

SANTOS, Roberto Souza; PALMEIRA, Marlucy Sousa Albuquerque. (Des)envolvimento regional no Tocantins: da fronteira pioneira ao espaço estratégico do Agronegócio/regional. **Revista Espaço e Geografia**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 477-517, 2020.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. 6.ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SCHLESINGER, Sergio; NORONHA, Silvia. **Brasil está nu! O avanço da monocultura da soja, o grão que cresceu demais.**, Rio de Janeiro: FASE, 2006. Disponível em: <https://hdl-bnc-idrc.dspacedirect.org/handle/10625/36579> acesso em: 15 març.2020.

SILVA, Marcos Ferreira da. **Agricultura familiar na Serra do Centro, Campos Lindos (TO): trajetória histórica e transformações decorrentes da expansão do “agronegócio”**. 2017, Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/893> acessado no dia 30 out.2020.

Sousa, Lucas Barbosa; BARROS, Juliana Ramalho. Agronegócio e ambiente no Cerrado tocantinense: um panorama dos municípios com base em indicadores. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 124–149, 2019.

STRAFORINI, Rafael. O ensino de Geografia como prática espacial de significação. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 32, n. 93, p. 175-195, 2018.

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e Orçamento. Diretoria de Pesquisa e Informações Econômicas. **Perfil socioeconômico dos municípios**. Palmas, 2017. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/348418/> . Acesso em: 23 mar. 2021.

TOCANTINS. Lei nº 829, de 26 de abril de 1996. **Cria o município de Barra do Ouro desmembrado do município de Goiatins-TO**. Disponível em: <https://www.al.to.leg.br/arquivos/7084.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2021.

APÊNDICE A– Roteiro de entrevistas com as famílias camponesas que moram às margens do rio Tauá, Goiatins/TO

1. Nome completo?
2. Data de nascimento?
3. Sexo?
4. Naturalidade?
5. Nome da propriedade rural onde mora atualmente?
6. Há quanto tempo mora neste lugar? Se não, qual foi a trajetória até fixar moradia neste local?
7. Explique como você manuseia a terra para o preparo de cultivo?
8. Ao longo do tempo o que mudou no preparo da Terra no momento de plantar?
9. No passado o que você plantava na sua propriedade? O que você planta agora?
10. Antes da energia elétrica, como você conservava os alimentos? E agora com a chegada da energia elétrica o que mudou?
11. A finalidade dos alimentos produzidos na propriedade são para consumo ou tem finalidade comercial?
12. Quais alimentos você consome que são aproveitados do Cerrado?
13. Quais são as dificuldades e problemas que você enfrenta no processo de plantio e colheitas dos alimentos?
14. Com a chegada do agronegócio (plantação de soja, milho e eucalipto) próximo a sua propriedade, o que mudou na sua rotina? Explique.
15. Explique o que você espera para futuro morando neste Território.
16. Você é a favor ou contra o agronegócio?

APÊNDICE B– Roteiro de entrevistas com o agente de saúde da área rural, às margens do rio Tauá, município de Goiatins/TO

1. Nome completo?
2. Há quanto tempo de atuação na profissão de agente de saúde?
3. Quando você iniciou sua atuação de agente de saúde, quantas famílias você atendia na área?
4. Hoje quantas famílias você atende?
5. Depois do avanço do agronegócio na região, quantas famílias você deixou de atender?
6. Você sabe para onde foram as famílias que deixaram essas terras?
7. Quais aspectos positivos e negativos você observa depois da industrialização do campo na área de sua atuação?
8. O que você espera de melhorias do poder público para essa comunidade?
9. Você é a favor ou contra o agronegócio?

APÊNDICE C– Questionário aplicado à coordenação da Escola Municipal Honorato José da Cruz, Povoado Campos, município de Goiatins/TO.

1. Nome completo:
2. Quanto tempo de atuação na área da Educação?
3. Já atuou na área da Geografia?
4. Quantos estudantes que moram na zona rural vocês atendem na escola?
5. O currículo de Geografia da escola é diferenciado para esses estudantes?
6. Quais materiais vocês utilizam nas aulas de Geografia?
7. A escola desenvolve algum projeto de proteção e preservação do Cerrado?
8. Qual sua opinião sobre a chegada do agronegócio no entorno do distrito que está situado na escola? Positiva ou negativa? Justifique sua resposta.
9. Você é a favor ou contra o agronegócio?